

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

115

INSCRIÇÕES 492 - 495



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES
SECÇÃO | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

2014

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Dos fascículos 1 a 66, inclusive, fez-se um CD-ROM, no âmbito do Projecto de Culture 2000 intitulado VBI ERAT LVPA, com a colaboração da Universidade de Alcalá de Henares. A partir do fascículo 65, os volumes estão disponíveis no endereço http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

Toda a colaboração deve ser dirigida a:

Instituto de Arqueologia
Secção de Arqueologia | Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Palácio de Sub-Ripas
P-3000-395 COIMBRA

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de:



MARCO DE TEODÓSIO EM COJA (ARGANIL)
(*Conventus Scallabitanus*)

Está na vila de Coja, hoje sede da União das Freguesias de Coja e Barril de Alvapo, concelho de Arganil, na capela de Nossa Senhora da Ribeira, um marco cilíndrico de granito róseo local, incompleto na parte inferior.¹

Dimensões: altura – 77 cm; diâmetros – superior 29, inferior 39.

D(*omini*) N(*ostri duo*) [*sic*] / FLA(*vius*) / THEV/DOSIVS
[*sic*] / PERPE/[TVVS [AVG(*ustus*)] [...]

Altura das letras: l. 1: 7,57/9,12; l. 2: 8,01/9,20; l. 3: 8,01/9,85; l. 4: 7,41/10,42; l. 5: 10,25/10,65; l. 6: ?² Espaços: 1: ?; 2: 3,20; 3: 3,94; 4: 4,37; 5: 3,33; 6: 4,8; 7: ?

Caracteres gravados com irregularidade, o que se compreende tendo em conta a natural dificuldade de escrita num

¹ Foi dado a conhecer por António A. da Cunha Marques: *Carta Arqueológica da Serra do Açor*, Coimbra, 1992, p. 15 e 28-29. O trabalho foi efectuado para o então Serviço Nacional de Parques e esteve (ou está) disponibilizado na Internet (não se consegue aceder ao sítio para que somos encaminhados: http://portal.icn.pt/NR/rdonlyres/F2827155-83A6-4219-B67D-8AA0C57078F8/0/PPSACarta_Arqueologica_1992.pdf)

² As letras foram medidas não na vertical, como é hábito, mas, atendendo ao seu traçado, na obliqua, portanto (caso do S, por exemplo).

suporte cilíndrico e de granito. Não houve paginação prévia nem, decerto, desenho das letras a preceder a sua gravação. Vejam-se os NN, que parecem gravados à mão levantada; os SS muito lançados e maiores do que os demais caracteres; as barras dos EE não paralelas; o A de hastes não rectas e barra também encurvada, *ductus* que igualmente se observa no L antecedente; o O minúsculo da l. 4... Na l. 3, U em vez de O constituirá apenas lapso de leitura da minuta, sem outro significado aqui, embora, em «grammatica quaedam» (CIL II, p. 1184, 2ª coluna), Hübner assinale outros casos de «U pro O».

A primeira questão que se coloca é a ocorrência inicial de DD NN, a indiciar a intervenção de dois imperadores. Estaria a identificação do segundo na parte que falta, não nos sendo possível, de momento, por falta de paralelos, optar por Valentiniano II (375-392), Máximo (383-388), Flávio Vítor (384-388) ou mesmo Eugénio (392-394), que Teodósio, no decorrer do seu longo reinado (379-395), foi associando ao poder.

A identificação de Teodósio não se nos afigura passível de contestação. Como René Cagnat assinala,³ a sua normal identificação nas epígrafes é IMP CAESAR FLAVIVS THEODOSIVS AVG; mas não é raro serem os dois primeiros nomes substituídos, logo a partir do século III, pela invocação D(*ominus*) N(*oster*), sintoma, como se sabe, de uma nova concepção do poder. Por outro lado, ainda que pudéssemos pensar em esboreamento da superfície que tivesse levado as sílabas VIVS, a abreviatura FLA(*vius*) aceita-se sem dificuldade. O que vem a seguir poderia sugerir SEMPER AVGVSTVS.⁴ Curiosamente, porém, o único testemunho a este imperador registado na desactualizada, mas sempre útil, antologia de Vives,⁵ tem o n.º 5931 e refere-se ao escudo de prata de Almendralejo (Badajoz), que traz na face principal: *dn. Theodosius perpet. aug.*

³ CAGNAT (René), *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, ⁴1914, p. 248.

⁴ Poderíamos aduzir como paralelo o miliário de Constantino I (CIL II 4878, <http://eda-bea.es/>, N.º de registo 10418), identificado no termo de Burgos, em cujo Museo Arqueológico Provincial está depositado: D(omino) n(ostro) / Cons[er]vanti/no pe[r]petuo / sempe[r] / Aug(usto).

⁵ VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona, Universidad, 1971 e 1972.

ob diem felicissimum X. A opção que perfilhamos pode ter, pois, aí a sua justificação.⁶ Em <http://eda-bea.es/>, N.º de registo 18 005, encontramos a outra referência peninsular ao imperador Teodósio, em dedicatória, de Gerona, a Constantino e a Teodósio, por esta ordem, sendo os respectivos nomes precedidos singularmente por D. N.

Hesitamos em classificar o marco como miliário. Primeiro, dada a aparente ausência de intervenções viárias na Hispânia ao tempo deste imperador;⁷ depois porque, além de desconhecermos como terminava a epígrafe, o claro nominativo apresenta o imperador – ou os imperadores – como agentes de uma acção. Pode ser, na verdade, a construção ou reparação de uma via. O marco terá sido deslocado, há muito, do contexto original e há, pois, que estar atento a informações eventualmente contidas em documentação referente, por exemplo, à própria capela. Se ligado a uma obra viária, haveremos de o situar numa das estradas de ligação a *Aeminium*; se relacionável, ao invés, com qualquer outro monumento romano, dir-se-á que a região tem fornecido elementos mais do que suficientes⁸ para ser considerada de significativa relevância, que esta epígrafe veio seguramente aumentar.

Poder-se-á, porém, tentar uma contextualização mais precisa.

Na verdade, mesmo não se sabendo o local exacto de onde provém, é admissível que o marco não tenha sido trazido de muito longe. Vale do Carro, estação romana importante, distante pouco mais de 500 metros em linha recta, poderia ter sido o seu local de origem, como sugeriu António Marques. A ausência de escavação não permite definir qual a exacta tipologia e categoria

⁶ Em HEp 7 1997 30, sintetiza-se a discussão gerada em torno desta importante epígrafe; contudo, essa discussão prende-se com outros aspectos (data e identificação das personagens), não pondo em causa a interpretação *perpetuus Augustus*.

⁷ Pierre Sillières não se lhe refere no âmbito da Hispânia meridional: cf. *Les Voies de Communication de l'Hispanie Méridionale*, Paris, 1990.

⁸ Cf. ALARCÃO (Jorge de), LOPES (Maria Conceição) e MOURA (Maria Helena), «As origens do povoamento na bacia do Alva», *Arqueologia* 12 1985 184-194, sobretudo nas pp. 189-190, em que se aponta a hipótese de traçado de uma via romana por ali.

do estabelecimento aí existente em época romana, porventura uma pequena *mansio* à beira da estrada com a qual o marco estaria relacionado. Vale Moleiro, em Alqueve, a cerca de 1,5 km, afigura-se outra hipótese, um ponto onde, ainda hoje, se cruzam velhas estradas e caminhos da serra e que ligam o litoral à Serra do Açor, e onde se detectaram vestígios romanos; o marco seria um deles, a assinalar essa passagem.

Não deve, todavia, excluir-se a possibilidade de localização original mesmo em Nossa Senhora da Ribeira, cuja antiguidade se conhece e que corresponde a um ponto na margem de uma via romana. Nesse caso, o marco, afinal, não teria sido muito afastado.

De qualquer modo, cremos que estaria numa via que, embora secundária, constituía um percurso fundamental para a ligação entre eixos viários principais como o de *Olisipo* a *Bracara Augusta* e o que, passando por Viseu, se dirigia à capital da Lusitânia, *Emerita Augusta*.

Tradicionalmente, os estudos sobre as vias romanas excluíam qualquer via importante ou ramal a passar em Coja.⁹ Bobadela, a capital, centrava em si os eixos nevrálgicos e os pontos nodais que organizavam a mobilidade regional e a relação desta com a rede de estradas provinciais. Nesta região, a ligação entre as vias de Lisboa a Braga e de Braga a Mérida sempre se definiu a partir da estrada de *Aeminium* (Coimbra) a Bobadela, via Porto da Raiva. Chegada a Bobadela, a via continuava e, passando pelo Castro de S. Romão, em Seia, e por Gouveia, seguiria para o outro lado da Serra da Estrela, até à região do Fundão, onde encontraria a via imperial de Mérida.¹⁰ António Marques, contudo, apontou a possibilidade de a travessia para a zona de Idanha, ao encontro da estrada imperial que levava a Mérida, se fazer pela Serra do Açor, tendo Coja como ponto importante nessa passagem. Desta sorte, a existência, em tempos tardios do Império Romano, de uma via

⁹ Cf., a título de exemplo, MANTAS (Vasco), «A rede viária do convento escalabitano», in *La Red Viaria en la Hispania Romana*, Saragoça, 1990, p. 227. No seu recente trabalho – MANTAS (Vasco Gil), *As Vias Romanas da Lusitânia* [Série *Studia Lusitana* n.º 7], Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 2012 – a problemática desta via secundária também não é abordada.

¹⁰ ALARCÃO (Jorge de), *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988, p. 104-105.

que passava pela Senhora da Ribeira justifica-se pelo facto de permitir fazer com lógica a ligação da região do Médio e Baixo Mondego à ora chamada “Cova da Beira” e à citada via imperial, contornando a serra pelo sul.

Traçar-lhe o percurso desde *Aeminium* não é fácil. Tanto poderia passar pelo Porto da Raiva como por Ponte da Mucela, dirigindo-se, em seguida, para Pombeiro da Beira, Arganil, Mosteiro, Alqueve, Vale do Carro e Coja. É possível pensar-se na continuação do traçado passando pelo Alto da Benfeita, Moura da Serra, Porto da Balsa, Covanca e Fundão até Capinha e, depois, em direcção à região da Idanha-a-Velha. De recordar que, até muito recentemente, as ligações na Serra do Açor e a transposição para a Covilhã e a Cova da Beira se faziam precisamente por uma velha estrada que passava por Porto da Balsa, Fajão e Paul; há ainda lembrança das caravanas de machos e carros de bois que percorriam este “caminho”, para comerciar produtos como sal, louças, presuntos, enchidos...

Em suma: a possibilidade de o marco estar num nó onde a via prosseguisse na direcção já referida e, também, num lanço em direcção a Bobadela, capital de *civitas*, dá ainda mais sentido a essa capilaridade viária.

O marco da Senhora da Ribeira constitui, assim, inovador contributo para o conhecimento e a recomposição da rede viária do Baixo Império nesta região da Lusitânia e, dada a natureza da legenda e a sua localização numa via secundária, testemunha interessantes modos de comunicação entre os imperadores e as comunidades.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
MARIA CONCEIÇÃO LOPES



1



2



3

GRAFITO EM TIJOLO, DE TRÓIA
(*Conventus Pacensis*)

Parte superior direita de um tijolo romano identificado, em recolha de superfície, no areal de Tróia (freguesia do Carvalhal, Grândola). Considera-se, pois, do espólio do sítio e, por isso, nele vai ser integrado.

A face de cima encontra-se toscamente alisada; à direita, há uma espécie de debrum inferior, para eventual encaixe; tanto a face inferior como a esquerda têm fractura muito irregular; a face posterior é plana, mas irregular, para facilitar o assentamento. Pesa 1,600 kg e é de barro vermelho, grosseiro mas bem compactado, notando-se na fractura do lado esquerdo a mancha cinzenta a denunciar natural cozedura imperfeita.

Apresenta na face dianteira, alisada, um grafito em duas linhas, de caracteres já pouco perceptíveis, atendendo a que, embora gravados com objecto de ponta de corte (com pouco mais de 1 milímetro de largo), o foram mui levemente e de mão levantada.

Dimensões: (13,3) x (16) x 5.

ITIQVRI/ INTIIET

Altura das letras: L. 1: I = 1; T = 2,1; I = 1,5; Q = 2,6; V e R = 2; I = 0,9. L. 2: I = 1,2; N = 2; T e I = 1,2; I = 1,1; I = 1,5; E e T = ?
Espaços: 1: 0,8 (?); 2: 1,3; 3: 5,7.

Creio não ser possível sugerir rígida proposta de interpretação;

apenas justificação, ainda que subjectiva, de uma das leituras possíveis.

Assim, começa-se por um traço vertical (I?), paralelo ao que interpretei ser um T de haste vertical funda e barra longa. Seguir-se-á outro I, mais largo e fundo que o anterior. Depois, atendendo à extrema cursividade da gravação, há, pelo menos, duas hipóteses: C pouco fechado (só uma linha meio encurvada) e A gravado em dois movimentos separados, de cima para baixo, com a haste da direita lançada para diante e depois dois II oblíquos paralelos seguidos de C; em síntese: CAIIC. Segunda hipótese, que é aquela por que optei: Q oblongo (feito em dois movimentos) e de cauda oblíqua e V de larga abertura; o segundo traço vertical a ligar-se com a linha sinuosa que interpreto como sendo a parte da direita do R, a que poderia seguir-se um V, sugerido pelo breve traço oblíquo de que adiante se observa o traço.¹

A linha 2 sofreu maior desgaste. Ver na 2ª letra um N de traço intermédio bem lançado para cima não será, porventura, despropositado, seguido de T. Contudo, igualmente é bem possível que os II – encimados ou não por uma barra (o que se interpretou como T) – sejam, afinal, apenas anotações de contagens. Nesse caso, poderia estar, na l. 1, o nome do destinatário da fornada (aliciante, a hipótese de *Caecilii*, estando os dois II por E, como é de norma na escrita cursiva em cerâmica) e, na l. 2, as contagens anotadas à medida que se iam fazendo.

O interesse – bem escasso, é certo – desta nota residirá, de novo, numa chamada de atenção aos arqueólogos, no momento de procederem à cuidadosa lavagem de cerâmica, inclusive de construção.²

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

¹ Eurico de Sepúlveda, que teve a gentileza de me facular o tijolo para estudo, fez mesmo um decalque com grafite em papel vegetal, cuja imagem se inclui, inclusive para se observar a enorme dificuldade de leitura.

² Permita-se-me que recorde o grafito feito num tijolo de *Eburobrittium*, onde se assinala uma paragem na contagem por parte do operário, a fim de não se enganar: *usque hic CCC*, «até aqui, 300». Cf. ENCARNAÇÃO (José d') e MOREIRA (José Beza), «*Eburobrittium* e as suas epígrafes singulares», *Conimbriga* XLIX 2010 41-67 [p. 53-54]. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/20147>.



1



2

493

FRAGMENTO DE PLACA COM GRAFITOS, DE TRÓIA
(*Conventus Pacensis*)

Fragmento, de forma irregular, de placa de mármore de Estremoz/Vila Viçosa, com venulações acastanhadas, que apresenta caracteres gravados na face anterior, polida. Foi encontrado, há já alguns anos, quando se fazia um passeio pelo areal de Tróia, do lado das ruínas romanas, sitas administrativamente na freguesia do Carvalhal, concelho de Grândola. Considera-se, pois, espólio do sítio e, por isso, nele vai ser integrado.

Dimensões: (10,8) x (12) x 1,5.

Afigura-se-me não ser possível considerar os caracteres aí gravados como fazendo parte de um texto com sentido, atendendo aos diferentes módulos e à ausência de alinhamento. Quase parece mais, inclusive pela profundidade mínima dos traços, que houve, aqui, como que um treino de gravação.

Junto ao actual vértice superior, há um pequeno N, de 1 cm, seguido de um traço oblíquo, cuja eventual sequência se perdeu na fractura. À esquerda, no plano infra, um traço vertical com boa finalização em baixo. No longo traço seguinte ser-se-ia tentado a ver o nexu TE. O R, de ‘cabeça’ pequena e perna alongada, não oferece dúvidas; mede 2 cm. Aliás, há depois V largo (com 1,3 cm de altura) e M (este, largo também e lançado para a esquerda, com 1,5 cm), seguido de um brevíssimo traço oblíquo paralelo à última perna do M. Essa junção RVM – ou, se se quiser, TERVM – é, de facto, o conjunto menos desarmónico

da epígrafe. No espaço inferior, um longo T (2,3 cm) de acentuado traço horizontal e um, ainda mais longo (4 cm), F, se bem se interpreta a leve incisão mediana.

Em síntese:

N / TERVM / T F

Aventar a hipótese de T F se dever interpretar, por exemplo, como T(*iti*) F(*ilius*) não tem, pois, cabimento neste contexto invulgar. E será, mui possivelmente, essa invulgaridade que poderá deter algum interesse para a identificação de casos idênticos.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO



ARA A JÚPITER EN CÁPARRA
(OLIVA DE PLASENCIA, CÁCERES)
(*Conventus Emeritensis*)

En una de nuestras múltiples visitas por el entorno de las ruinas de Cáparra, nos acercamos algunas de las fincas limítrofes con el fin de documentar las inscripciones procedentes del yacimiento. Ya conocíamos en una de estas haciendas – “Casa Blanca” – la existencia de varios epígrafes y abundante material procedente de la antigua ciudad romana. Entre todos esos restos, acumulados en buena parte en el zaguán de la vivienda, tuvimos ocasión de descubrir un enorme bloque de granito que contenía una inscripción apenas perceptible y en su mayor parte borrada con el paso del tiempo.

El ara es de grandes dimensiones elaborada en granito anaranjado claro. El coronamiento está roto y apenas se distinguen sus componentes. Arriba presenta una gran oquedad que, a modo de pila, parece haber sido realizada en época posterior. La base es de grandes proporciones y se aprecian dos molduras rectangulares superpuestas separadas por un listel curvo. Está muy deteriorada en su conjunto.

Dimensiones: 90 x 58 x 60.

I(ovi) O(ptimo) M(aximo) / [-----] / [-----]

Letras: 11.

Se pueden distinguir restos de tres líneas de texto, pero las dos últimas son imperceptibles. Las letras son capitales cuadradas y no se

aprecia interpunción.

Las proporciones del ara parecen indicar que estaría destinada a ocupar algún lugar preeminente del foro, posiblemente en el propio templo de Júpiter, situado en la zona de *aedes* localizada en el frente norte del foro, en el lado opuesto al arco cuadrifonte y en el eje del *kardo maximus*.

Hasta la fecha, solamente se conocía una sola dedicatoria a Júpiter en el área de influencia de *Capera*, concretamente un ara procedente de las ruinas de la ciudad que se encuentra actualmente en la finca “Monte Moheda”¹. Con esta ara se incrementa el número de invocaciones a Júpiter a las que habría que añadir un tercer ejemplar procedente de Plasencia², todavía inédito.

La escasez de los testimonios epigráficos en relación con el rey de los dioses en *Capera* era cuando menos sorprendente, por cuanto es la divinidad más frecuentemente venerada en las ciudades romanas diseminadas a lo largo y ancho del Imperio y, por supuesto, en las ubicadas en tierras cacereñas como *Norba*, *Caurium*, *Augustobriga* y *Turgalium*. Los últimos hallazgos epigráficos procedentes de *Capera* parecen ir aproximando la epigrafía de Júpiter a los parámetros del resto de ciudades hispanas.

En la inscripción de Monte Moheda aparece con el epíteto de *Augustus*, que se repite también en otras divinidades documentadas en *Capera* como *Sol Invictus* o *Trebarune*, posiblemente la divinidad principal del panteón local. No sabemos si en el ara que aquí presentamos Júpiter iba acompañado con dicho epíteto, puesto que las líneas inferiores se han borrado. Estas invocaciones a divinidades romanas o indígenas, calificadas como augustas, vienen siendo consideradas, desde la obra de Etienne³, como manifestaciones del culto al emperador y esta vendría, pues, a confirmar la adopción del culto al soberano por parte de los Caperenses como componente esencial de la religión oficial.

JULIO ESTEBAN ORTEGA

¹ ANTONIO FLORIANO, «Excavaciones en la antigua Capera (Cáparra, Cáceres)», *AEspA* 54, 270-286.

² JULIO ESTEBAN, «Nuevas inscripciones romanas inéditas del Museo de Cáceres», *Memorias del Museo de Cáceres*, Cáceres, 2014 (en prensa).

³ ROBERT ÉTIENNE, *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1974 (reimp.).



495